



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS (GAPE)

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DADOS DA REUNIÃO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
25/10/2022	15h00	17h30	Virtual

PARTICIPANTES

Membros do Gape:

Nome	Unidade	Presença
Vicente Bandeira de Aquino Neto (Presidente)	Anatel	-
Nilo Pasquali (Secretário)	Anatel	Presente
Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo (Titular)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Daniela Naufel Schettino (Suplente)	Ministério das Comunicações (MCOM)	-
Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas (Titular)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Álvaro José de Andrade Carneiro (Suplente)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Neiva Miranda Coelho (Titular)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Margaret Cadete Moonsammy (Suplente)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Titular)	Claro S.A. (Claro)	-
Monique Pereira Ibitinga de Barros (Suplente)	Claro S.A. (Claro)	Presente
Camilla Tedeschi de Toledo Tapias (Titular)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	-
Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves (Suplente)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Marcelo Concolato Mejias (Titular)	TIM S.A. (TIM)	Presente
Marcio Couto Lino (Suplente)	TIM S.A. (TIM)	Presente

Outros participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Carolina Henn Bernardi Lellis	Anatel
Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo	Anatel
Felipe Roberto de Lima	Anatel
Gesílea Fonseca Teles	Anatel
Gustavo Facundo Arantes	Anatel
Katia Dutra Cardoso	Anatel
Livia Caruline dos Santos Lima de Sá	Anatel
Maria Lúcia Ricci Bardi	Anatel
Marcio Lucas Graciano Junior	Anatel
Erica Sousa Neves	Claro
Luiz Carlos Gonçalves	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE)
Marcelo Doval Mendes	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE)
Maxwell Borges de Moura Vieira	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE)
Paula Martins	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE)
Tamille Sales Dias	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
Otoniel Gomes De Miranda Filho	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
Hélio Mauricio Miranda da Fonseca	Ministério das Comunicações (MCOM)
Fernando Cezar Cysne Furquim	Ministério das Comunicações (MCOM)
Marcel Fleury Pinto	Ministério das Comunicações (MCOM)
Rafael Cardoso Reis	Ministério das Comunicações (MCOM)
Luiza Catarina Souza Carvalho	Ministério da Educação (MEC)
Débora Cristina Soares Santos	Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)
Isabele Jacob Morgado	Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)
Lia Carolina Ortiz de Barros Glaz	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)

PAUTA

Item	Descrição
1	Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do Gape do dia 4 de outubro de 2022;
2	Apresentação do Programa Caminho Digital - Ministério do Trabalho e Previdência
3	Apresentação de Proposta de Avaliação da Política Pública do GAPE – ENAP
4	Implementação do Projeto Piloto pela EACE
5	Informações sobre o andamento dos trabalhos dos Subgrupo Técnico de Diagnóstico e Projetos;
6	Informações sobre o andamento dos trabalhos do Subgrupo Técnico Financeiro;
7	Informações sobre o andamento dos trabalhos do Subgrupo Técnico Comunicação;
8	Outros Assuntos;
9	Próxima reunião e próximos passos.

RELATO DA REUNIÃO

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, cumprimentou a todos e informou que **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, encontrava-se indisposto e havia solicitado que ele, **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, conduzisse e presidisse a reunião.

Lembrou que a pauta da 11.ª Reunião do Gape era extensa, constando 9 itens e basicamente expositiva. Informou que a reunião contava com convidados, do Ministério do Trabalho e Previdência, **Isabele Jacob Morgado, representante do MTP**, a quem desejou boas-vindas e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), **Tamille Sales Dias, representante da ENAP**, que deveria entrar na reunião no momento de sua apresentação.

Antes de iniciar com o primeiro item da pauta, informou que o processo referente ao Projeto Piloto tinha sido encaminhado para o Conselho Diretor da Anatel e estava na relatoria do Conselheiro Emanuel Campello e que, no sentido de se tentar manter os cronogramas previstos, deveria ser apreciado na quinta-feira da semana seguinte à reunião em curso e que esperava que fosse aprovado naquela data.

Passou então para o próximo item da pauta.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAPE

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, se referiu ao encaminhamento recente, por *e-mail*, da minuta da ata da 10ª Reunião Ordinária do GAPE, ocorrida em 04 de outubro de 2022 e questionou aos membros se haveria algum comentário ou sugestão de ajuste à minuta encaminhada.

Como não houve comentários adicionais, declarou aprovada a Ata da 10ª Reunião Ordinária do Gape, informando que, após assinada pelos representantes da Anatel, seria disponibilizada no SEI, para assinatura dos demais membros e, posteriormente, no espaço reservado ao Gape no site da Anatel.

2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DIGITAL - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou para o item dois da pauta, agradecendo a presença de **Isabele Jacob Morgado, representante do MTP**, que faria a apresentação do programa Caminho Digital do Ministério do Trabalho e Previdência, proposta pelo Ministério das Comunicações, e passou a palavra para que **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, fizesse suas considerações.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, cumprimentou a todos e esclareceu que a motivação para o convite aos colegas do Ministério do Trabalho e Previdência para que apresentassem o programa Caminho Digital ao Gape, era o entendimento de que as duas iniciativas guardavam sinergia e que seria possível pensar em alguma parceria, caso o Gape assim entendesse. Esclareceu que, por tratar de recursos educacionais digitais, o programa poderia ser uma complementação para aquilo que seria entregue às escolas do Gape, contempladas com conectividade, redes internas e equipamentos.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou a palavra para que **Isabele Jacob Morgado, representante do MTP**, discorresse sobre o programa.

Isabele Jacob Morgado, representante do MTP, cumprimentou a todos, dizendo de sua satisfação com a divulgação junto ao Gape desse programa, no qual se identificava grande potencial e passou a fazer a Apresentação Caminho Digital MTP (9360989), que foi anexada a esta ata. Esclareceu que na sequência seria apresentado um pequeno vídeo, que estava sendo trabalhado para se tornar um canal de divulgação e que resumia bem de que se tratava o programa.

Esclareceu que o Programa Caminho Digital tinha o objetivo de centralizar e promover as iniciativas do Governo na capacitação, com foco no desenvolvimento de habilidades digitais e inserção profissional voltados para a Economia 4.0. Afirmou que o objetivo do programa era a ocupação de empregos, relacionados à economia 4.0, advinda da evolução do processo industrial de analógico para digital o que demandava, cada vez mais, profissionais da área de tecnologia da informação e comunicação, do que o mercado seria capaz de oferecer. Informou haver uma estimativa de que até 2025 haveria uma demanda de aproximadamente 797 mil postos de trabalho na área de TICs, apontando para a necessidade crescente do desenvolvimento de competências digitais para inserção e manutenção de trabalhadores no mercado de trabalho. Disse que essa demanda não estaria só em empresas relacionadas diretamente com as TICs, mas que todas as empresas, de alguma forma, demandavam profissionais com conhecimento relacionado à tecnologia, desde o básico, intermediário ou avançado e que até para trabalhar em uma padaria, o operador de caixa ou o vendedor deveriam saber operar alguma ferramenta digital.

Lembrou que o cenário da pandemia havia acelerado a necessidade de capacitação para o uso das tecnologias e que o objetivo do programa era no sentido de que o trabalhador retornasse ao mercado de trabalho ou evoluísse na carreira ou ainda, que possibilitasse o empreendimento em pequenos negócios. Além disso, afirmou que o programa também tinha o objetivo de introduzir os jovens no ambiente de trabalho que, mesmo tendo familiaridade com tecnologia em jogos ou mesmo na escola, teriam que se capacitar para a tecnologia necessária no ambiente de trabalho e para a formação de novos profissionais para o setor de TICs.

Mostrou a [Página do Programa Caminho Digital no MTP](#) e reafirmou tratar se de programa com o objetivo de incorporar diversas iniciativas relacionadas à capacitação digital.

A seguir, apresentou um vídeo da iniciativa da Escola do Trabalhador 4.0, uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Previdência e a Microsoft, em Plataforma EAD acessível, intuitiva e fácil de usar que dispõe de:

- 134 cursos transversais em tecnologia, divididos em trilhas básicas, intermediárias e avançadas;
- Teste de Carreira, que permite a avaliação dos conhecimentos do trabalhador e indicar por qual trilha ele pode começar sua jornada;
- Capacidade para até 5,5 milhões de vagas, a partir da demanda do trabalhador;
- Pacote Office 365 gratuito para o aluno enquanto estiver cursando alguma trilha;
- Tutoria contínua e on-line para auxiliar o trabalhador;
- Aulas ao vivo com metodologia ativa de fixação de conteúdos;
- Certificação com selo da Microsoft e Ministério do Trabalho e Previdência.

Mostrou ainda a [página de cadastro do trabalhador 4.0](#), que dispõe de informações sobre o cadastro e o acesso para diversos cursos.

Afirmou que parecia muito interessante, caso fosse firmada uma parceria com o Gape, cujos projetos levavam conectividade às escolas, pois poderia se trabalhar com alunos de ensino médio, que poderiam se capacitar para o mercado de trabalho. Concluiu, agradecendo e colocando-se à disposição, assim, como toda a equipe da Subsecretaria de Capital Humano do MTP, para tirar eventuais dúvidas sobre o programa dar continuidade às conversações.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu a apresentação e disse considerar um programa muito interessante para se pensar em algum tipo de parceria, principalmente para escolas de ensino médio, com os estudantes indo para o mercado de trabalho e ensino profissionalizante. Acrescentou que o MEC possibilitava a discussão de várias sinergias nesse sentido e abriu a palavra para que os demais presentes se manifestassem.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, agradeceu a apresentação, que considerou bastante objetiva, por trazer as principais características do programa e destacou alguns pontos: a legislação trabalhista com relação à questão do jovem aprendiz, e que, portanto, poderia se pensar em restringir para escolas de ensino médio ou de ensino profissional que vierem a ser beneficiadas pelo Gape; a restrição de cursos a serem acessados por telefone celular ou smartphones e a conseqüente necessidade de utilização de microcomputadores ou *cloudbooks*; a escalabilidade do programa, que considerou uma grande dificuldade do MTP, por depender de parcerias com prefeituras, com instituições voltadas às comunidades; a necessidade de capacitação de monitores.

Disse que com a parceria com o Gape, se conseguiria escolas com infraestrutura física, equipamentos disponíveis, e professores capacitados, o que possibilitaria alcançar os alunos dos projetos do Gape com o Programa Caminho Digital.

Isabele Jacob Morgado, representante do MTP, confirmou a restrição de telefones celulares e a necessidade de uso de microcomputadores ou *cloudbooks*, já que o acesso ao Office pode ser feito online. Com relação a parcerias, afirmou que o MTP busca parcerias para dispor de infraestrutura e de capacitação

de monitores e informou que a Microsoft se comprometeu a capacitar monitores e deu o exemplo de uma parceria em Roraima, em uma operação denominada Acolhida, onde foi montada uma estrutura de computadores e foram capacitados monitores, para atendimento ao público, especialmente o público mais vulnerável, porque quando se trata de cursos intermediários ou avançados, o público consegue acessar com facilidade e lembrou que o objetivo é que qualquer pessoa que se cadastre na plataforma consiga acessar os cursos e avançar sozinha, contando, nesse caso, com uma monitoria online. Informou ainda que o MTP está buscando parcerias junto a Institutos Federais, para permitir que o acesso ao Office seja mantido após o fim do curso, uma vez que a Microsoft, só poderia liberar o acesso, por meio de um Instituto ou Universidade Federal. Concluiu, afirmando serem essas as informações que teria a prestar e se colocou à disposição do Gape para outras informações que fossem necessárias.

Débora Cristina Soares Santos, representante do MTP, complementou as informações, esclarecendo que o cadastro na plataforma é feito por meio de um cadastro específico na Escola do Trabalhador 4.0 e que o interessado preenche um termo, em razão da proteção de acesso a dados, e cria um e-mail da escola do trabalhador, que já proporciona o acesso ao pacote Office e às ferramentas que ele vai utilizar. A partir desse e-mail, ele terá acesso a todos os aplicativos em nuvem, disponíveis para, caso queira, poder baixar no seu dispositivo de acesso.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, acrescentou que poderia se pensar em alguma forma de incorporar a plataforma do Programa Caminho Digital ao portfólio do Gape, para ser apresentada, por exemplo, no momento da aproximação com as secretarias municipais de educação. Afirmou que o assunto poderia ser mais explorado, para se pensar em uma parceria mais permanente, respeitando a autonomia das secretarias de educação.

Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC, esclareceu que a autonomia é sim das secretarias de educação e que já existem duas parcerias do MEC, tanto com o Google como com a Microsoft firmadas por meio de termos de cooperação. Informou que o pacote Office já pode ser acessado de forma gratuita pelas escolas e que todas as escolas que forem atendidas pelo Gape já terão acesso a essa facilidade.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu às representantes do MTP pela apresentação do projeto e afirmou que o assunto seria objeto de mais debate dentro do Gape e que, posteriormente, seriam feitos novos contatos com aquele Ministério e **Isabele Jacob Morgado, representante do MTP**, afirmou que permaneciam à disposição.

3. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO GAPE – ENAP

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou para o item 3 da pauta, a apresentação da proposta de avaliação de política pública do GAPE, que seria feita pela **Tamille Sales Dias, representante da ENAP**. Acrescentou que a proposta era de iniciativa do MCOM e que, após algumas conversas entre a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o MCOM e a Anatel, se considerou oportuno trazer essa discussão para o Gape, para que se pudesse avaliar o que seria possível fazer, no sentido de encontrar mecanismos para avaliação do resultado dos projetos do Gape.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, acrescentou que os integrantes do Gape do setor público já estariam familiarizados com os serviços prestados pela ENAP para administração pública, mas considerava importante que os colegas das empresas e da EACE entendessem a motivação do convite à ENAP. Esclareceu que, dentro da governança das políticas públicas do Governo Federal, a ENAP tem atuado no sentido de orientar a execução dessas políticas e que, considerando a necessidade da realização de uma avaliação da política do Gape e as competências da ENAP, parecia se tratar de uma parceria natural para a avaliação dos trabalhos do Gape. A seguir, passou a palavra **Tamille Sales Dias, representante da ENAP**, para que desse uma visão geral a respeito do trabalho oferecido pela ENAP.

Tamille Sales Dias, representante da ENAP, se apresentou, informando ser Assessora Técnica da Diretoria de Altos Estudos da ENAP, fundação vinculada ao Ministério da Economia, cuja principal responsabilidade era a produção de conhecimento e a capacitação dos servidores públicos e que, nos últimos anos, também estaria funcionando como um *Hub* de inovação, como um grande *locus* de experimentação, em termos de ofertas de melhores serviços públicos, de desenho de política pública, de aprimoramento da gestão e também na oferta de programas de pós-graduação. Acrescentou que a ENAP tem vários braços, no sentido de produzir conhecimento e capacitar a força de trabalho do serviço público. A seguir iniciou sua apresentação, Avaliação da Política Pública ENAP (9372486), que segue anexada esta ata.

Informou que representava a Coordenação Geral de Avaliação e de Organização de Evidências, que integra a Diretoria de Altos Estudos da ENAP, cuja missão era produzir conhecimento científico e técnico, orientado para a política pública, que tem uma dupla "chave", a de produzir conhecimento técnico e a de fortalecer e multiplicar as capacidades por meio de capacitação dos servidores. Esclareceu que, dentro dessa Coordenação Geral é que era prestado o serviço, denominado Assessoria para Avaliação, um serviço de apoio, de orientação, de mentoria, para condução de uma avaliação, seja ela *ex ante* ou *ex post*, seja uma análise de impacto regulatório ou avaliação dos resultados regulatórios. Afirmou que essa assessoria seria uma forma de produzir conhecimento orientado para um problema muito específico de política pública, como esse apresentado pelo Gape mas, ao mesmo tempo, trazer os gestores envolvidos na decisão sobre essa intervenção de política pública para um trabalho conjunto, de sistematizar e produzir o conhecimento que iria ser útil para tomada de decisão. Reforçou que a principal premissa do trabalho era orientar a tomada de decisão com base em evidência, a partir da sistematização do método científico. literatura e da análise de dados, quando fosse o caso.

Prosseguiu, apresentando um histórico do tema de avaliação de políticas públicas e como esse serviço surgiu na ENAP, em 2017, e relacionou a legislação acerca do contexto institucional de avaliação de políticas públicas, e melhoria da governança pública.

Afirmou que nesse formato de Assessoria para Avaliação, os servidores dos ministérios e das agências reguladoras envolvidos também colocavam a "mão na massa", e aprendiam fazendo, a fim de que, no exercício de suas competências, se sentissem seguros para executar as próximas avaliações de políticas públicas.

Informou que a fundamentação teórica eram, principalmente, os guias práticos para avaliação de políticas públicas e manuais lançados pelo Governo Federal em 2017 e 2018 como referência, e que seriam o ponto de partida, para organizar e operacionalizar os conceitos de avaliação de políticas públicas.

Afirmou que a "chave" da metodologia ativa de ensino era algo que a ENAP tentava reforçar e ressaltou a importância dessa "chave" da capacitação, do aprendizado colaborativo e facilitado, ao se trabalhar em conjunto com servidores envolvidos na gestão daquela política, para que se aproveitasse o conhecimento adquirido na prática, para proporcionar a formação dos servidores.

Informou que o ciclo do serviço teria duração de quatro a seis meses, dependendo das etapas e do conteúdo que fosse trabalhado ao longo das oficinas e ressaltou a importância da palavra "oficina", pois todo o trabalho seria executado por meio de oficinas de trabalho.

Acrescentou que as oficinas eram facilitadas pela equipe de especialistas da ENAP, normalmente dois especialistas por projeto, sendo um, especialista em facilitação e processos de construção colaborativa e outro, especialista em avaliação e em análise. Nesse sentido, seria formado o que era chamado de Time do Projeto, um grupo envolvido tanto na gestão, quanto no processo decisório daquela política pública e nas etapas da avaliação e que, o conhecimento produzido pelo grupo era materializado em uma Relatório e lembrou que, no caso do Gape, a ENAP também faria a Relatoria.

Além disso, informou que, no final do processo, haveria um painel de especialistas externos, da área daquela política, convidados para participar das oficinas, tanto para validar o conhecimento que estaria sendo produzido, como para trazer novas ideias para o grupo.

A seguir passou contextualizar o significado da **análise ex ante de política pública**, abordando primeiro de seus objetivos.

Objetivos

- verificar a consistência de uma política;
- "analisar se a intervenção responde a um problema bem delimitado e pertinente" e, por conseguinte, "se há um objetivo claro de atuação do Estado" e se "propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado";
- avaliar resultados depende de que haja clareza, "ex ante", de quais são os propósitos (objetivos) e as expectativas (metas) a serem alcançadas.

Acrescentou que a avaliação do resultado de uma política pública, para se chegar ao momento *ex post*, depois da implementação, depois de já terem sido alcançados alguns resultados preliminares, dependeria da clareza da análise *ex ante*, motivo pelo qual seria muito importante fazer a análise *ex ante*, porque a avaliação dos resultados ou do impacto, no final da implementação ou ao longo da sua implementação ou a avaliação da própria governança daquela política, exigiria a definir antes, se os propósitos, os objetivos daquela intervenção fazem sentido, se estão concatenados com as formas de implementação.

Conteúdo e etapas:

- Diagnóstico do problema;
- Desenho: Modelo lógico, teoria do programa, objetivos, ações e resultados esperados;
- Governança e estratégia de implementação;
- Processo de monitoramento e uso de indicadores.

Com relação ao conteúdo e as etapas de implementação, afirmou que, primeiro se identifica o problema, depois se propõe o desenho e a forma como vão ser estruturados o programa de enfrentamento desse problema e as estratégias de implementação e como vai isso será operacionalizado, identificando quem vai estar envolvido, quais as empresas e demais atores. Acrescentou que, para se chegar no final de uma intervenção ou ao longo dela e poder medir resultados, seria necessário o estabelecimento de um processo de monitoramento e a construção de indicadores, para que ao final, se pudesse olhar para o que foi desenhado para que fosse comparado com o resultado atingido.

Entregas

1. Facilitação de processo de construção colaborativa do conhecimento;
2. Sistematização das discussões;
3. Condução da análise *ex ante*, percorrendo as etapas pactuadas;
4. Fundamentação metodológica e teórica;
5. Relatório de análise *ex ante*.

Com relação às entregas, esclareceu que a facilitação era um processo de construção colaborativa do conhecimento, no qual a ENAP não só facilitaria, mas também sistematizaria as discussões e a produção do conhecimento e conduziria a análise, percorrendo as etapas pactuadas para aquele conteúdo e que, no caso do Gape, poderia se dar maior foco no monitoramento e na implementação e menor foco na análise de risco, por exemplo, o que ainda estaria em discussão e esclareceu que a análise *ex ante* tem toda uma fundamentação metodológica e teórica e que, ao final do processo, seria feita a entrega de um relatório da análise *ex ante*, que incluiria não só as discussões, mas também a produção da análise *ex ante* da intervenção.

Avançando para a conclusão de sua apresentação, passou a explorar a importância da informação e da realização do processo de análise. Informou que a ENAP já apoiou mais de 50 avaliações, incluindo análise de impacto regulatório, *ex ante*, *ex post*, em dois anos de existência do serviço e afirmou que tem sido bem interessante olhar para os resultados, não só de capacitação de servidores e de áreas de avaliação que estão sendo criadas nos ministérios mas também, olhando para os resultados que significam: aumento da eficiência no uso dos recursos públicos, como consequência do aumento da eficiência na tomada de decisões orientadas por critérios técnicos e baseados em evidências; a promoção da transparência das ações governamentais perante a sociedade; o fortalecimento da cultura de avaliação em políticas públicas; o aperfeiçoamento do desenho de políticas públicas e finalizou, se colocando à disposição para esclarecer eventuais dúvidas e a conversar mais sobre a proposta.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu a **Tamille Sales Dias, representante da ENAP**, pela apresentação e questionou se alguém teria comentários a fazer.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, manifestou sua expectativa para que houvesse agilidade no avanço das atividades burocráticas, para se efetivar a parceria. Destacou a importância da apresentação da ENAP naquela reunião, pois, uma vez tomada a decisão, muito provavelmente, a análise *ex ante* da política pública seria realizada enquanto o projeto piloto estivesse sendo implementado.

Ressaltou que a realização da análise duraria até abril do próximo ano, mais ou menos coincidente com a perspectiva de duração do projeto piloto, o que afirmou considerar muito interessante, uma vez que, executando o piloto em paralelo com a realização da análise, o Gape estaria amadurecendo para uma visão com mais consistência, além de trazer subsídios para aprimorar o desenho dos projetos em escala maior e acrescentou que talvez um dos principais produtos de se realizar uma análise *ex ante*, seria perceber qual o resultado que se vai poder alcançar e concluiu que o MCOM era a favor da ideia e gostaria de saber da opinião dos demais.

Maria Lúcia Ricci Bardi, Coordenadora Suplente do SGT Diagnóstico, apresentou uma dúvida, dizendo que entendia, a princípio, que o projeto piloto serviria para avaliar o que iria dar certo e o que não daria certo na execução dos projetos do Gape e que, a partir do piloto, se teria lições apreendidas para serem aplicadas aos projetos em maior escala. Nesse sentido, gostaria de entender, onde começaria a avaliação que seria realizada com o trabalho do ENAP porque, em sua percepção, parecia haver um momento em que isso se confundiria e gostaria de entender melhor o que o projeto piloto vai nos ensinar e o que análise *ex ante* vai nos ensinar.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, esclareceu que são coisas que poderiam ser paralelas, independentes, porque, na análise *ex ante*, se analisa o propósito do projeto de conectividade de escolas públicas de ensino básico com recursos do Edital de 5G e ocorre que o Gape também vai executar um projeto piloto e afirmou que era natural pensar que essas duas coisas pudessem se misturar. Esclareceu, no entanto, que a análise *ex ante* independe do projeto piloto, porque avalia a consistência interna da política e, com o resultado dessa análise, talvez tenhamos que alterar, por exemplo a portaria de diretrizes com os parâmetros gerais do Gape, porque pode se identificar que o que está definido na portaria não é muito consistente, ou que algum requisito que está sendo exigido não faz muito sentido. E acrescentou que se tratava de uma situação peculiar, a existência de um piloto rodando em paralelo com o estudo que estaria sendo realizado com a ENAP, dentro de plano de trabalho específico que está sendo proposto. Assim, no final do processo de análise, as informações do piloto podem servir de subsídios do que aconteceu na realidade, e isso poderia ajudar em alguma reflexão sobre a análise. Assim, disse considerar que deveria ser aproveitado o fato do projeto piloto estar sendo realizado em paralelo, para que as informações decorrentes pudessem ser incorporadas, nas oficinas do processo de análise e de reflexão sobre a política, o que deveria ser registrado no relatório de análise, quase que como um adendo a essa análise, que poderia ser incorporado com algumas lições aprendidas.

Otoniel Gomes De Miranda Filho, representante da ENAP, afirmou que a ENAP encarou como uma oportunidade muito rara a realização desses dois processos concomitantes porque, por um lado se faz a avaliação *ex ante* da estrutura lógica do programa, para saber se existe um alinhamento do que é o problema, quais são as condições disponíveis e se essas soluções atacam bem o problema e, por outro lado, com um projeto piloto vão ser alcançados os resultados práticos de uma implementação, que já tinha sido desenhada anteriormente. Afirmou considerar que isso pode servir de insumo muito valioso para a estrutura lógica e afirmou que não é sempre que se dispõe de um projeto piloto concomitante à avaliação *ex ante* e se procurou incluir essa peculiaridade no plano de trabalho proposto, para um melhor aproveitamento dessa situação.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, complementou, dando como exemplo hipotético a realização de uma análise *ex ante*, tão somente, que resultaria em um conjunto de indicadores para se monitorar objetivos e metas. No entanto, afirmou que, em função da experiência do projeto piloto poderia se identificar, eventualmente, que uma variável, um indicador, uma métrica que fosse aparentemente meramente operacional, mas que, por qualquer razão, em função de uma questão específica, que poderia ser alguma coisa relacionada à comunicação com alguma prefeitura ou com alguma secretaria de educação, afetou fundamentalmente o prazo necessário para implantar a conectividade e para instalar a infraestrutura interna e para disponibilizar o sinal para os alunos. E concluiu, dizendo que esse seria o tipo de variável ou informação que talvez pudesse alimentar a análise *ex ante* e, assim, se compararia a análise que considerou essa variável que se revelou relevante só no contexto do projeto piloto com a análise do sistema de monitoramento realizado somente com base na análise *ex ante*.

Maria Lúcia Ricci Bardi, Coordenadora Suplente do SGT Diagnóstico, agradeceu e se manifestou satisfeita com os esclarecimentos.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu e questionou se mais alguém teria algum comentário e complementou, dizendo que, do lado da Anatel, considerava que faria muita diferença o Gape estar bem instrumentalizado, para fazer esse tipo de avaliação e poder dispor de métricas já desenhadas no início, para que se pudesse, no futuro, fazer a comparação entre o que foi pensado no passado e sua evolução. Como ninguém mais se manifestou, agradeceu a **Tamille Sales Dias, representante da ENAP**, e a **Otoniel Gomes De Miranda Filho, representante da ENAP**, pela apresentação, afirmando que seria dada continuidade às conversas, para posteriormente serem apresentadas ao Gape.

Tamille Sales Dias, representante da ENAP, se despediu, se colocando à disposição para esclarecer eventuais dúvidas e dizendo que seguiria em contato.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PILOTO PELA EACE

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou para o 4º item da pauta e convidou **Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE**, para que apresentasse as informações sobre o andamento do Projeto Piloto.

Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE, cumprimentou a todas e todos e informou que faria a Apresentação de Acompanhamento EACE (9355434), anexada a esta ata, no sentido de atualizar as informações desde a última reunião do Gape.

Apresentou a situação de todas as frentes de trabalho, lembrando já terem sido concluídas todas as vitorias, incluindo a vitória da rede interna das escolas do Projeto Piloto. Ressaltou a importância dessa atividade, pois tiveram a oportunidade de fazer a interlocução com as secretarias municipais de educação e puderam fazer todo o mapeamento dos provedores. Aproveitou para parabenizar o trabalho realizado pela equipe de operação, liderada pelo **Luiz Carlos Gonçalves, COO da EACE**.

Observou, com relação às aldeias indígenas, que dos 10 municípios, somente para dois deles receberam apoio da FUNAI, Baía da Traição/PB e Gaúcha do Norte/MT. Disse que esse era um ponto importante a se destacar, pois iriam necessitar da interlocução com a FUNAI também para as escolas em aldeias indígenas dos demais municípios do projeto.

Alertou que aguardam a aprovação do Conselho Diretor da Anatel, para a contratação dos proponentes para a solução de atendimento por meio de fibra para a conectividade das escolas do Projeto Piloto e que já dispõem de informações de 8 empresas, sobre a disponibilidade de conectividade via satélite.

Com relação aos equipamentos de informática para o Projeto Piloto, informou que já dispõem de informações sobre equipamentos para o Espaço de Inovação, caso se decida nesse sentido. Disse que foram concluídas as visitas de benchmarking realizadas pela equipe da EACE à Campina Grande/PB (Projeto Nordeste Conectado/RNP e da Secretaria Municipal de Educação Cascavel/PR) e Toledo/PR (Projeto da Secretaria Municipal de Educação). Informou também que já havia sido encaminhada para o mercado a RFP do fornecimento de equipamentos de informática.

Além disso, alertou para a consulta ao mercado, feita pela RFI - Soluções de Conectividade, para 12.082 escolas sem conexão (578.501 matrículas) distribuídas em 1.583 municípios, pois se tratava de etapa importante. Acrescentou que a deliberação sobre essa contratação precisaria amadurecer e a EACE estaria à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Trouxe a seguir o cronograma atualizado até 25/10/22, incluindo as etapas já concluídas, conforme consta da apresentação.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, informou que a expectativa era que o Projeto Piloto fosse aprovado na quinta-feira da próxima semana, e que havia sido feita uma apresentação sobre o piloto aos conselheiros, com os detalhes necessários para não terem nenhuma dúvida na hora da aprovação.

Com relação às aldeias indígenas que já foram visitadas pela EACE, questionou se a necessidade de aprovação para fazer vitória e, principalmente, para fazer instalação, poderia vir a ser um gargalo na hora de implementar.

Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE, respondeu que havia necessidade de uma autorização para realizar a vitória e, depois, outra autorização, no momento de implementar. Solicitou ao **Luiz Carlos Gonçalves, COO da EACE**, que discorresse sobre os desafios para a realização das vitórias, uma vez que só receberam autorização expressa da FUNAI para fazer vitória para os municípios de Baía da Traição/PB e Gaúcha do Norte/MT e, com relação aos outros, houve uma interlocução da equipe da EACE com as secretarias municipais e com diretores das escolas e as vitórias foram realizadas sem a autorização da FUNAI.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da EACE, informou que, nesses casos, as vitórias foram feitas com a contratação de pessoal que fez interface com as aldeias indígenas e com as escolas. Acrescentou que, já pensando na implantação, também entraram em contato com a FUNAI, que informou sobre o processo de autorização para a implantação, que inclui o encaminhamento da relação das empresas que farão os serviços, o nome dos técnicos, incluindo exames médicos, comprovantes de vacinação, etc... e assim, a EACE precisaria fazer a contratação das empresas, para que pudesse solicitar as informações requeridas pela FUNAI, mas assegurou que a EACE, a partir do momento da contratação, solicitaria as informações às empresas e estaria preparada para tomar todas as providências necessárias e iniciar o procedimento de implantação.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, ponderou, que com relação às próximas vitórias, o assunto deveria amadurecer, para que se conseguisse estruturar melhor a proposta a ser submetida a aprovação do Gape, talvez na próxima reunião. Disse entender que o assunto ainda dependeria de algumas decisões, como sobre quais critérios deveriam ser usados para a escolha dos projetos, considerando que o piloto não havia sido implantado e não haveria aprendizado para decidir, inclusive esse ponto. Manifestou certa preocupação com o que será identificado com a implementação do piloto, que deveria servir de aprendizado para a tomada de decisões em relação ao restante das escolas e que, portanto, considerava difícil tomar alguma decisão naquele momento.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da EACE, alertou que esse seria um ponto importante, porque a empresa contratada para fazer as vitórias estava mobilizada e havia sido montada toda a estrutura para esse processo. Esclareceu que essa empresa havia sido contratada pelo prazo de um ano e que deveria dar continuidade ao processo de vitórias, para que não houvesse um impacto com a desmobilização, exigindo depois, nova mobilização para dar continuidade aos demais projetos.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, concordou com as observações de **Luiz Carlos Gonçalves, COO da EACE**, sobre a importância de dar continuidade às vitórias antes da desmobilização.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, manifestou que compartilhava com a preocupação de **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, e que entendia o alerta feito por **Luiz Carlos Gonçalves, COO da EACE**, e afirmou considerar importante para o avanço do novo processo de vitória do programa, para além do projeto piloto, fazer a discussão sobre a coordenação das políticas públicas, inclusive para o uso do FUST, e de qual caminho cada política iria seguir, de maneira a se somarem e não se sobreporem.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, concordou com **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, dizendo que essa seria mesmo uma grande preocupação. Acrescentou que a grande vantagem da realização das vitórias era o entendimento sobre tudo que se precisaria nas escolas e não somente a questão de conectividade. Disse considerar importante o casamento entre as políticas, mas que as vitórias trariam informações importantes sobre diversos aspectos, além da conectividade, como a existência ou não de rede interna e de energia, ou a quantidade de ambientes disponíveis em cada uma das escolas, ou ainda a dificuldade de acesso a essas escolas. Com relação às demais políticas, na hora de decidir o que fazer, iria se decidir o que fazer em cada uma delas e, caso a escola já dispusesse de previsão de atendimento de conectividade por outra política, o Gape poderia fazer as outras coisas, além da conectividade.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, concordou que a vitória poderia ser feita, para que o Gape pudesse disponibilizar as demais facilidades, mesmo quando já tivesse sido disponibilizado um contrato de 12 meses de conexão de 300 MB para uma escola.

Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC, se manifestou para dizer que considerava muito importante a realização de vitórias, inclusive porque os dados disponíveis sobre as escolas eram declaratórios e que, na sua visão, as informações conseguidas com as vitórias eram

extremamente valiosas, pois trariam clareza sobre a situação das escolas.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, afirmou que o casamento entre as políticas seria mesmo necessário para evitar sobreposição de conectividade, mas as vistorias trariam mais informação. Assim, mesmo que fosse vistoriada uma escola, já conectada por outro programa, com velocidade suficiente para atendimento pedagógico, esse outro programa não iria avaliar se a escola tem duas ou três salas, nem a quantidade de alunos, além de outras informações necessárias para as entregas do Gape.

A seguir, se dirigiu à **Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC**, para que esclarecesse uma dúvida, em função do processo de vistoria já realizado nas 181 escolas do Projeto Piloto, quando se descobriu que quatro dessas escolas estão desativadas. Nesse sentido, gostaria de saber como essa informação pode realimentar a base de informações, utilizada antes da vistoria.

Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC, esclareceu que a base utilizada antes da vistoria refletia o Censo Escolar de 2021 e que essas informações, só seriam refletidas no resultado do próximo Censo Escolas. Aproveitou para reforçar a importância das vistorias, por traziam informações do momento atual, diferentes das informações declaratórias do ano anterior, que constam do Censo Escolar.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, afirmou que as vistorias trazem mais informação, que são necessárias para as entregas do Gape. Aproveitou para perguntar à **Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC**, como as informações obtidas nas vistorias da EACE, que considerava úteis para o MEC, poderiam ser encaminhadas para realimentar as bases do MEC. Deu como exemplo as 181 escolas do projeto piloto que, na vistoria, se descobriu que 4 dessas escolas não existem mais,

Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas, representante do MEC, esclareceu que havia solicitado acesso às informações da EACE, exatamente para que dispusesse das informações atualizadas sobre as escolas vistoriadas.

Gesileia Fonseca Teles, representante da Anatel, se manifestou para perguntar ao **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, se eram realizadas vistorias nos programas de responsabilidade do Ministério das Comunicações, para que pudessem, eventualmente, serem aproveitadas pelo Gape.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, respondeu que não, e que esse não era um propósito dos programas do Ministério das Comunicações, que se concentravam na questão da conectividade e, portanto, contratavam um provedor para prover a conexão e não havia provimento de rede interna, de equipamentos e, diferente do Gape, não faziam vistoria local.

Marcel Fleury Pinto, representante do MCOM, cumprimentou a todos e complementou, informando que o MCOM não fazia vistoria e que, somente quando um provedor se deparava com uma escola prevista para ser conectada, mas que já dispunha de boa conexão ou no caso de escolas que foram desativadas, ele informava, tanto à RNP como ao MCOM, para que essa informação se refletisse nas bases de dados, e que iriam repassar essas informações também para a Anatel.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, afirmou que considerava super útil esse fluxo de informação, para que, sempre que possível, o [Painel de Conectividade nas Escolas](#) refletisse dados recentes e atualizados, o que poderia ser pensado no âmbito do SGT Diagnóstico.

Passou a seguir para o próximo item da pauta.

5. INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DO SUBGRUPO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO E PROJETOS

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou para o 5º item da pauta, e convidou **Maria Lúcia Ricci Bardi, Coordenadora Suplente do SGT Diagnóstico**, para que fizesse suas considerações acerca da evolução dos trabalhos que estão sendo realizados no subgrupo.

Maria Lúcia Ricci Bardi, Coordenadora Suplente do SGT Diagnóstico, cumprimentou a todos e todas e informou que, no momento, não haveria novas informações, além da expectativa da aprovação do Projeto Piloto que tinha sido encaminhado para o Conselho Diretor da Anatel. Informou que as informações referentes aos chamamentos públicos da EACE estavam sendo publicadas na [Página do Gape](#) no site da Anatel e que não iria fazer uma apresentação mas disse estar à disposição para esclarecer alguma eventual dúvida ou questionamento.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu os comentários e, como não houve comentários, seguiu para o próximo item da pauta.

6. INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DO SUBGRUPO TÉCNICO FINANCEIRO

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou para o 6º item da pauta, e passou a para **Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT Financeiro**, para que apresentasse as informações sobre a evolução dos trabalhos.

Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT Financeiro, cumprimentou a todos e informou que havia sido realizada a segunda reunião ordinária do SGT Financeiro, sendo a primeira de fato, de acompanhamento financeiro, pois a reunião anterior, realizada em julho, tinha sido de inauguração do grupo e de definição da metodologia de trabalho.

Registrou a proatividade da equipe da EACE, na figura do **Marcelo Doval Mendes, CFO da EACE**, que teve a preocupação de procurá-lo, antes da reunião, para alinhar as expectativas e informou que o grupo se reunirá novamente, para complementação das informações solicitadas ao SGTF, mas que já a EACE já havia apresentado informações relacionadas a despesas, que ainda giram muito abaixo do orçamento total, uma vez que projeto está em fase de definição, de estruturação da EACE e, portanto, tendo despesas administrativas com pessoal, consultoria, deslocamento, comunicação, enfim, uma série de despesas, muito abaixo do orçamento de execução dos projetos do Gape. Esclareceu que haverá necessidade de melhor detalhamento das rubricas definidas, que deverá ser apresentado pela EACE até o dia 4 de novembro, para ser circulado pelo Gape. Concluiu, dizendo que o trabalho estava acontecendo dentro das expectativas e de maneira satisfatória para o início dos trabalhos do SGTF, que estava estruturado para quando os recursos comesçassem, de fato, a serem utilizados para a execução dos projetos, que iniciaria com o Projeto Piloto, após sua aprovação pelo Conselho Diretor da Anatel. A seguir abriu a palavra para os demais membros do SGTF que quisessem se manifestar.

Marcelo Doval Mendes, CFO da EACE, agradeceu, dizendo que **Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT Financeiro**, havia feito um relato completo e preciso do andamento dos trabalhos do SGTF e que gostaria de registrar o cuidado com que **Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT Financeiro** estava tendo na condução dos trabalhos, a fim de deixar tudo muito claro em todas as instâncias onde se tratava das questões financeiras, que considerava fundamental para o sucesso do grupo, em particular, e do projeto como um todo. Além disso, agradeceu pelo trabalho do grupo e pelo cuidado que todos tiveram ao já indicarem como poderia ser feito um melhor detalhamento para as próximas etapas, o que considerava imprescindível para o sucesso do projeto. Reiterou a total disponibilidade da EACE no atendimento a todas as necessidades, em particular, do SGTF, mas também aquelas que a instância decisória do Gape julgasse necessárias, do ponto de vista financeiro. Finalizou, afirmando a atuação do SGTF no sentido da construção do melhor modelo e reafirmou que sua condução estava sendo feita de forma clara, para o alcance do que seria necessário para deslançar o projeto.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu o relato, destacando a importância de se deixar tudo preparado para o momento da efetiva utilização dos recursos com a execução dos projetos e, não havendo outros comentários, passou para o próximo item da pauta.

7. INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DO SUBGRUPO TÉCNICO COMUNICAÇÃO

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, seguiu para o 7º item da pauta, e passou a palavra para que **Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT Comunicações**, apresentasse as informações sobre a evolução dos trabalhos.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT Comunicações, cumprimentou a todos e todas e informou que haviam sido realizadas algumas reuniões. Mencionou a reunião com a EACE, para refinamento das questões relacionadas às diretrizes de comunicação, e informou que seria apresentado o cronograma de implantação da comunicação no âmbito da EACE. Informou também que haviam sido feitas outras reuniões com a equipe do gabinete do **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, e com **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT**

Diagnóstico, para definição de um nome fantasia para a EACE, que dissesse muito a respeito do projeto do Gape. A seguir, passou a palavra para que **Paula Martins, Diretora de Comunicação da EACE**, apresentasse o cronograma no âmbito da comunicação.

Paula Martins, Diretora de Comunicação da EACE, cumprimentou a todos e apresentou o Cronograma de Comunicação EACE (9465988), que segue anexado a esta ata. Informou que a EACE tinha ações paralelas, algumas já em andamento desde agosto de 2022, como a Assessoria de Imprensa e o Monitoramento de Mídia, que contava com uma equipe de assessores de imprensa que fazia a cobertura e atendia jornalistas e disse que diariamente estava sendo feito o Clipping, trabalho que iria até dezembro e seguiria em 2023.

Informou que havia sido feito um *Media Training* para o CEO e gerentes de operações da EACE, pessoas que ficam nas bases e, nesse caso, foi feito um treinamento para o caso de serem abordados pela imprensa.

Disse estarem atualmente trabalhando com a implantação do site da EACE e com as redes sociais, para que estivesse tudo pronto para a implantação, assim que o nome da EACE fosse definido, uma vez que não podiam obter os domínios das páginas, até estar definido o nome, mas que todos os conteúdos já estavam sendo desenvolvidos.

Na publicidade, disse estar sendo feito o plano de ação de *branding*, estratégia de gestão da marca que visava torná-la mais reconhecida pelo público e presente no mercado, incluindo as características de EACE, sua vocação como empresa, para que o nome pudesse combinar com o design de identidade, logomarca e um mascote. Informou ainda que tudo seria consolidado em um *brandbook*, com todas as referências necessárias para a identidade visual da EACE e que seria desenvolvido um vídeo institucional do projeto, previsto para ser gravado em novembro.

Com relação ao plano de comunicação, informou já terem avançado, com o primeiro desenho, que seria circulado entre as operadoras e demais membros do Gape, para que fosse um plano adequado para todos.

Na área de eventos, disse que estimavam fazer um *workshop* nos municípios do Projeto Piloto, para dar oportunidade aos municípios de terem contato com as pessoas das diversas áreas do projeto, como do Ministério da Educação, para informar o que seria feito com relação ao material didático online e quais as técnicas de aprendizado seriam utilizadas ou da área de tecnologia, para informar como alunos e professores poderiam fazer o melhor uso da tecnologia e saber quem procurar, em caso de algum problema técnico. Esclareceu que seria um evento para alunos, professores e diretores, para que entendessem o projeto como deles e que seria um evento de engajamento do público-alvo, diferente da comunicação de massa, feita pelo Gaispe, pois o projeto do Gape não teria essa vocação, que seria muito mais de engajamento do público-alvo, que seriam as escolas, os alunos e demais pessoas envolvidas com a escola e, num segundo momento, a comunidade como um todo, visando também dar satisfação para a sociedade.

Concluiu, dizendo que estaria sendo adotada uma plataforma digital, para abrigar todas as informações do site, que seria interativo com o YouTube, com as redes sociais e que todos os conteúdos criados estariam nessas plataformas, permitindo que, além dos registros do projeto, todo o histórico ficasse como legado.

Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE, complementou, dizendo que ao longo da semana haviam sido realizadas várias reuniões, referentes ao tema da comunicação que, sem dúvida, se tratava de assunto muito importante para todo o desenvolvimento da política pública. Informou que seria realizada reunião com as associadas, para definição do plano de comunicação de longo prazo, que depois seria submetido à aprovação do Gape.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT, questionou se mais alguém do subgrupo gostaria de acrescentar alguma coisa e, como não houve manifestação, informou que sua orientação para a EACE tem sido, no sentido de que sejam cumpridas as diretrizes de comunicação aprovadas pelo Gape, o que está sendo atendido. Reforçou que, no caso do Gape, não haveria uma comunicação de massa pesada, mas havia previsão para a utilização de carro de som, considerando que alguma localidade poderia não dispor de nenhum veículo de comunicação. Quanto à linguagem a ser utilizada, toda orientação era no sentido da utilização de linguagem simples e direta, de forma que tanto pessoas com bastante cultura, como pessoas sem nenhum conhecimento, pudessem compreender a mensagem que estivesse sendo passada e que a premissa básica da comunicação era se fazer entender, inclusive com relação à criação da marca, que deveria ser um nome que as pessoas entendessem do que se tratava. Finalizou, dizendo serem essas as informações que o SGT Comunicações teria a prestar e que estaria, assim como a **Paula Martins, Diretora de Comunicação da EACE**, à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu as informações prestadas e acrescentou que imaginava que o plano final de comunicação seria submetido a uma reunião do Gape, não necessariamente para aprovação, mas para que todos pudessem conhecer o plano, que deveria ser apresentado, no final de novembro, e solicitou confirmação sobre esse entendimento.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT, confirmou o entendimento e **Paula Martins, Diretora de Comunicação da EACE**, disse que o plano seria apresentado até o final do ano e informou que, a partir das diretrizes, tinha sido feita um primeiro plano de comunicação que estaria sendo refinado em reuniões semanais, junto com as operadoras e com o SGT Comunicações, para que houvesse um alinhamento de todos.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, acrescentou que seria interessante, em algum momento, nas próximas plenárias, haver uma apresentação geral de como ficou estruturado todo esse plano de comunicação.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT, respondeu que queria trazer também, já na próxima reunião, a definição do nome da logomarca e do mascote, pois considerava interessante para dar visibilidade ao projeto.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, afirmou que isso seria importante, para se ter noção de prazos, pois a aprovação pelo Conselho Diretor da Anatel, na próxima quinta-feira, seria o pontapé para o início da implantação do Projeto Piloto e seria importante que esse início acontecesse já com o nome, a logo, e o mascote definidos e questionou se haveria mais algum outro ponto a ser tratado.

Marcelo Doval Mendes, CFO da EACE, se manifestou para entender qual seria a próxima etapa, com relação ao Plano de Comunicação, se deveria ser feita uma apresentação para trazer para conhecimento da plenária do Gape, pois esse aspecto estaria também relacionado à questão do Orçamento, que uma vez definido, seria apresentado em reunião plenária.

Disse que gostaria de ter uma compreensão das etapas e que seria bom que todos tivessem um entendimento nivelado sobre essa questão. Prosseguiu, afirmando que se estaria aguardando a reunião do Conselho Diretor da Anatel, para avançar e questionou se a parte de comunicação iria andar paralelamente a isso, uma vez que, na prática, estaria se avançando com a comunicação do piloto e o principal, que seria a aprovação do piloto, estaria dependendo de uma decisão, enquanto o acessório como a comunicação, dentro de outras coisas, já estaria avançando e gostaria de saber se essa seria a dinâmica e se estaria entendendo corretamente.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, respondeu que o processo seria esse mesmo e que o Conselho Diretor da Anatel teria que aprovar o projeto da finalidade do Gape e que a finalidade do Gape era a implantação dos projetos de conectividade. Disse que não havia previsão de se levar ao Conselho Diretor a aprovação de questões administrativas ou de questões de suporte, para tornar possível a conectividade. Lembrou que o Edital de 5G previa que o Conselho Diretor deveria aprovar os projetos a serem implantados, o que seria feito dentro da escola e como iria funcionar e que, a partir disso, decorriam atividades de suporte, como a comunicação, que entendia como atividade de suporte ao projeto que deveria ser implementado e entendia que o suporte andaria em paralelo.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT, confirmou o mesmo entendimento de **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, sobre esse ponto e, no seu entendimento, atividades como a de comunicação não tinham que ser submetidas à deliberação do Conselho Diretor, que deveriam ser resolvidas entre a p SGT Financeira e o SGT Comunicação e perguntou se **Paula Martins, Diretora de Comunicação da EACE**, conseguiria dizer o que efetivamente havia sido gasto com comunicação, para que se tivesse uma ideia do valor.

Paula Martins, Diretora de Comunicação da EACE, respondeu que não teria o número total do que já teria sido gasto, mas que poderia levantar e passar para o grupo. Afirmou que a EACE tinha uma assessoria de imprensa contratada por um ano e uma agência de publicidade contratada até o final do ano,

para fazer essas ações de criação do nome, da logomarca, do manifesto, enfim todo esse *start* da área de publicidade.

Maxwell Borges de Moura Vieira, Presidente da EACE, se dirigiu a **Marcelo Doval Mendes, CFO da EACE**, para esclarecer se a dúvida apresentada seria se esses itens de comunicação deveriam ser aprovados pelo Conselho Diretor ou pelo Gape.

Marcelo Doval Mendes, CFO da EACE, disse que queria entender como isso estava sendo encarado, mas que as falas do **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, e da **Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT** teriam trazido uma compreensão do modo como se está pensando essas atividades e que as atividades de suporte deveriam ser tocadas em paralelo. afirmou que, inicialmente, não teria comparado as atividades de comunicação com as atividades administrativas, pois pareciam ter natureza distintas, pois as atividades de comunicação seriam um suporte direto à atividade fim, diferente das atividades administrativas que seriam um *backoffice* mesmo.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, afirmou que as atividades teriam sim natureza diferentes, mas na situação apresentada teriam a mesma natureza de suporte para levar conectividade para as escolas.

Marcelo Doval Mendes, CFO da EACE, então resumiu seu entendimento para que houvesse um nivelamento, de que o Conselho Diretor aprovaria a atividade fim e as demais atividades todas de suporte, seja de *backoffice*, seja de comunicação ou outras que não fossem fim, mas meio, iriam ocorrendo em paralelo, com a prestação de contas sendo feitas junto ao SGT Financeiro e ao SGT Comunicação, que depois iriam avaliar a necessidade de trazer isso para o Gape, sem a necessidade da discussão na plenária dos itens de comunicação, que seriam tratados no SGT Comunicação.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, confirmou esse entendimento e afirmou que, se houvessem assuntos que exigissem uma decisão, de fato, deveriam ser trazidas para o Gape. Lembrou que a estruturação em subgrupos tinha sido feita porque se reuniriam mais rapidamente e de forma mais ágil, para dar andamento aos assuntos que deveriam ser resolvidos, mas quando surgissem assuntos que precisassem de uma decisão, de fato, deveriam ser trazidas para aprovação pelo Gape e que os subgrupos seriam as instâncias que fariam com que as coisas acontecessem, enquanto não aparecesse nada crítico que exigisse uma aprovação pelo Gape. Questionou, por fim, se havia ficado claro o que foi confirmado por **Marcelo Doval Mendes, CFO da EACE**.

8. OUTROS ASSUNTOS

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, passou então para outros assuntos, que eventualmente devessem ser abordados e que não constassem da pauta e abriu a palavra a todos.

Como não foram apresentados outros assuntos a serem tratados, passou para os últimos pontos da pauta.

9. PRÓXIMA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, ao tratar da próxima reunião e dos próximos passos, lembrou que o Regimento Interno do Gape prevê a realização de reuniões mensais. Assim, sugeriu que a próxima reunião do Gape acontecesse, na terça-feira, dia 22 de novembro de 2022, às 15h00, de forma remota e, como não houve objeções, ficou definida essa data para a 12ª Reunião Ordinária do Gape.

Finalizou, agradecendo a participação de todos e informou que a minuta de ata da presente de reunião seria encaminhada aos demais membros, para apreciação e eventuais contribuições.

Com essas considerações, declarou encerrada a 11ª Reunião Ordinária do Gape.

ANEXOS

Apresentação Caminho Digital MTP (9360989)

Apresentação Avaliação da Política Pública ENAP (9372486)

Apresentação de Acompanhamento EACE (9355434)

Cronograma de Comunicação EACE (9465988)

APROVAÇÃO

9.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

9.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Grupo**, em 05/12/2022, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Secretário do Grupo**, em 19/12/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Concolato Mejias, Usuário Externo**, em 08/01/2023, às 21:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Usuário Externo**, em 10/01/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Pereira Ibitinga de Barros, Diretora de Planejamento Regulatório**, em 16/01/2023, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9348518** e o código CRC **7138C2C6**.